

**RESENHA DE *CAPITAL ET IDEOLOGIE*, DE THOMAS  
PIKETTY**

(PARIS: ED. SEUIL, 2019)

**AINDA É MAIS FÁCIL PENSAR NO FIM DO MUNDO  
QUE NO FIM DO CAPITALISMO?**

**HELIO ALEXANDRE SILVA<sup>1</sup>**

(UNESP/Brasil)

O objetivo desse texto é apresentar as linhas gerais do mais novo livro de Thomas Piketty, *Capital et Idéologie*, e destacar aqueles que considero ser os elementos norteadores da obra - na medida do possível em um espaço como esse, visto que se trata de um trabalho de mais de mil páginas. Para ressaltar o que pode se constituir como limites no texto do economista francês, farei comparações pontuais com trabalhos recentes de dois outros autores que lidam com o novo momento do capitalismo pós crise de 2008, a saber, Branko Milanović e Wolfgang Streeck.

Antes, porém, de lidar com o texto propriamente vale destacar que a centralidade do debate sobre o desequilíbrio ambiental, que vem sendo apresentado por centros de pesquisa como uma ameaça de proporções jamais experimentadas<sup>2</sup>, nos coloca diante do desafio de ter que lidar com "rupturas nos ecossistemas capazes de produzir [...] uma radical mudança de estado nas coordenadas da biosfera que propiciam a vida no planeta". Porém, como apontam algumas lideranças mundiais<sup>3</sup>, não se pode perder de vista que "a grande crise não é ecológica: é política" (MARQUES, 2016, p. 23). Contudo, quando nos voltamos propriamente para essa dimensão, o que se enxerga é uma crescente exposição dos limites da democracia liberal, que se vê incapaz de evitar os recentes experimentos autoritários ou de responder à emergência de grandes levantes sociais. As revoltas, que vão da França ao Chile, da Bolívia a Hong Kong, e o protagonismo político de figuras como Erdogan, Duterte, Orbán, Trump e Bolsonaro dão testemunhos desse novo quadro. Ato contínuo, é impossível

ignorar que os índices de desigualdade e pobreza sejam variáveis que ajudam a compreender tanto os limites dessa democracia quanto os levantes que se espalham mundo afora. São considerações dessa natureza que permitem a cientistas falarem abertamente em colapso civilizacional<sup>4</sup>. Esse quadro pode ser utilizado como ilustração de uma célebre frase atribuída a Fredrick Jameson, segundo a qual, "é mais fácil imaginar o fim do mundo que o fim do capitalismo" (JAMESON, 2003, p. 76).

Esses são alguns dos elementos que ajudam a compreender o cenário a partir do qual o economista francês Thomas Piketty apresenta seu mais recente trabalho, direcionando seus esforços para a construção de um internacionalismo guiado por um social federalismo ou socialismo participativo. Há uma preferência pelo uso da segunda expressão porque ela marca a necessidade da "participação e da descentralização" como forma de distanciamento do "socialismo estatal hipercentralizado" que, segundo o autor, é próprio do experimento soviético e do atual modelo chinês (p. 1079).

Publicado em setembro de 2019, *Capital et idéologie* (Ed. Seuil, 2019) é um livro monumental, composto por mais de mil e duzentas páginas e dezessete capítulos divididos em quatro partes, em que o autor reconstrói os contornos políticos e sociais que produzem e legitimam a *evolução da desigualdade* na modernidade. O empenho teórico é guiado pela recuperação de um exaustivo arsenal de dados dos últimos cinco séculos, com o intuito de reconstruir não apenas os níveis de desigualdade social mas, ao mesmo tempo, os contornos ideológicos que ajudaram a sedimentá-la. Tudo converge, ao final, para a apresentação de uma espécie de modelo, que surge da articulação crítica desses dois polos (desigualdade x ideologia), em que o autor propõe a construção de um socialismo participativo do século XXI que pavimente o caminho para "ultrapassar o capitalismo e a propriedade privada e construir uma sociedade justa (p. 1162).

Um modo promissor de começar a compreender o esforço de Piketty reside no interesse manifesto em mostrar que as desigualdades sócio-econômicas têm sido justificadas, ao menos nos últimos anos, através da "culpabilização dos mais pobres" (p. 22). Essa é uma forma de justificação que nem sempre foi hegemônica, na medida em que "regimes desiguais precedentes" tinham a preocupação em defender as vantagens da "complementariedade funcional entre os diferentes grupos sociais" (p. 23). Entretanto, com a crescente "falta de um horizonte universalista e igualitário" capaz de contrapor as narrativas

que justificam as desigualdades, não é difícil notar o surgimento de perspectivas "identitárias e nacionalistas", como se viu na primeira metade do século XX e que ressurgiram com força no início do XXI (p. 23). O que a forma atual de justificação das desigualdades sociais pode trazer, seja entre os países ou dentro dos países, é certo "populismo xenófobo" que tem o potencial de iniciar um movimento de "destruição da mundialização hipercapitalista e digital dos anos 1990 - 2020" (p. 23), permitindo a emergência de construções político-ideológicas com forte apelo autoritário.

Desse modo, o objeto do livro é precisamente entender "a história e o futuro (*devenir*) dos regimes desiguais" em uma perspectiva "global e transnacional" (p. 24). Isso para chegar a uma conclusão segundo a qual "não é a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade" que permite o "desenvolvimento econômico e o progresso humano", mas sim o "combate à desigualdade e o [incentivo à] educação" (p. 24).

A defesa da desigualdade tal como construída a partir dos anos 80-90 é um "produto da história e do desastre comunista", da "ignorância" e da "divisão dos saberes". Tudo isso reunido contribuiu para o florescimento de certo "fatalismo" e das "atuais derivas identitárias". A retomada do fio da história permitirá, destaca Piketty, uma narrativa mais "pluridisciplinar" e "equilibrada" capaz de orientar um novo "socialismo participativo para o século XXI" (p. 24).

### **Meritocracia, propriedade privada, elites políticas e educação**

A construção desse modelo emerge de um cuidadoso e muito bem documentado exame acerca dos fundamentos da desigualdade. É nesse sentido que a defesa da meritocracia e da propriedade privada aparecem como pilares estruturais da desigualdade em torno dos quais se constrói a manutenção do capitalismo. O que garante a organicidade dessa dinâmica sociopolítica, e ao mesmo tempo é decisivo para compreender a evolução da desigualdade, é a articulação entre propriedade e nível de educação formal. Trata-se de observar que o acúmulo de mais ou menos propriedade é tão relevante para a vida de uma pessoa quanto possuir maior ou menor escolaridade formal. Tanto uma quanto a outra são traduzidas socialmente como símbolos de mérito. Essa tradução se constitui no elemento de convergência entre uma elite eleitoral, que Piketty divide entre "esquerda brâmane" e "direita de mercado". Tais elites possuem "experiências e aspirações"

diferentes: a primeira valoriza o "sucesso escolar, o gosto pelo trabalho intelectual, a aquisição de diplomas e conhecimento"; a segunda valoriza a "motivação profissional, o gosto pelos negócios e [o desejo] que eles aconteçam sem interferências". Ambas, no entanto, se apoiam à sua maneira na "ideologia do mérito e da desigualdade justa [...]" (p. 846). Embora se constituam como elites marcadas por dois traços em comum - alta renda e altos níveis de formação - elas não votam nos mesmos partidos e podem continuar a ocupar terrenos distintos no plano ideológico eleitoral; entretanto podem concordar em alguns aspectos como, por exemplo, aquele segundo o qual a desigualdade *não* é um ponto central a ser atacado (p. 846).

O esforço do autor em chamar a atenção para educação se deve ao fato de que, para ele, "não é a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade" que permite o "desenvolvimento econômico e o progresso humano", mas sim o "combate à desigualdade e o [incentivo à] educação" (p. 24). Nesse sentido, a falta de acesso ao ensino formal mantém relação direta com as desigualdades sociais. Nos EUA, em particular, apenas 20% daqueles que hoje fazem parte dos 10% mais pobres atingem o ensino superior, ao passo que 90% daqueles que hoje fazem parte dos 10% mais ricos alcançam o mesmo posto. Piketty afirma que essa dinâmica é semelhante nos países europeus e no Japão, ainda que a distância entre os extremos seja relativamente menor. Esses dados permitem verificar, enquanto tendência, que entre as grandes falhas da social-democracia figura a "desigualdade de investimento em educação" (p. 54-55). O que fazer? Piketty defende a criação de mecanismos de "cotas" e "reservas" de vagas nas escolas e nas universidades mais bem avaliadas. Note-se que não basta reservar vagas. É preciso garantir que os mais pobres tenham acesso às instituições de melhor qualidade. Segundo o autor, a Índia é o exemplo mais bem sucedido dessa política (p. 830).

Ainda que se mostrem abissais, as desigualdades produzidas por vantagens, promoções nas carreiras ou por patrimônio herdado (de onde se pode retirar renda, dividendos ou outras remunerações que não sejam fruto do próprio trabalho) não são facilmente vistas como socialmente injustas. Por isso, a "esquerda brâmane" e a "direita de mercado" podem alternar-se no poder ou mesmo governarem juntas em um cenário de "coalizão que reagrupa diferentes elites" (p. 852). A valorização do mérito é o que oferece o solo comum entre uma e outra,

permitindo, ainda que nem sempre de forma explícita, a legitimação da desigualdade.

Entretanto, destaca Piketty, esse tipo de coalizão se equilibra de modo precário, particularmente porque produz um afastamento político-eleitoral dos mais pobres, mas nunca pode ser seguramente blindado contra revoltas violentas ou regimes autoritários. A tendência de afastamento das camadas populares da participação eleitoral é um fenômeno verificável mesmo em países em que o voto é obrigatório. Isso é um índice, de acordo com o autor, de que a forma político-eleitoral construída no pós-guerra, dividida entre esquerda (uma mais ao centro e pró-mercado e outra mais preocupada com a redistribuição das riquezas) e direita (uma mais ao centro e pró-mercado e outra nacionalista, nativista e anti-imigrantista), está verdadeiramente ameaçada de ruir (p. 852). Esse é um diagnóstico que se aproxima de outras análises recentes sobre o quadro atual das democracias ocidentais. Voltaremos a isso.

Se a meritocracia é um elemento fundante da desigualdade, a sacralização da propriedade privada é outro aspecto decisivo. O período que abrange 1980 e 2020 permite verificar um crescimento das desigualdades, capitaneado por uma "ideologia neoproprietarista particularmente radical" (p. 41). Se, na média dos países ricos, houve um acréscimo no poder de compra dos pobres, das classes médias e dos ricos, é, no entanto, notável a desigualdade desse crescimento. Em números: os 50% mais pobres tiveram um crescimento do poder de compra na ordem de algo que varia entre 60 e 120%; ao mesmo tempo, o 1% mais rico experimentou um crescimento de algo entre 80 e 240%. Ainda que o intervalo da estimativa careça de precisão (60-120; 80-240), é possível afirmar que "as desigualdades da distribuição mundial de rendimentos diminuíram entre o baixo e médio, porém cresceram entre o médio e o alto" (p. 46). O que se nota com isso é a tendência de esfacelamento das assim chamadas "camadas médias" em favor da ampliação de um fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

A forma de combater essa tendência, segundo Piketty, é não mais tratar a propriedade como um direito privado e inalienável, mas como uma "relação social", que "deve ser regulada como tal". A acumulação de bens é fruto de um "processo social" que "depende de infraestruturas públicas (em particular do sistema legal, fiscal e educativo), da divisão do trabalho social e de conhecimentos acumulados pela humanidade através dos séculos" (p. 1096). O

argumento conservador segundo o qual a tentativa de tornar a "propriedade temporária" (p. 1082) poderia produzir um caos político (tese da caixa de Pandora) não resiste à análise da progressão fiscal experimentada nos anos 1950-80. A experiência dos *trinta gloriosos* mostrou não apenas que progressividade fiscal e crescimento podem caminhar juntos, mas principalmente que medidas dessa natureza devem ser um "elemento constitutivo de uma estratégia de desenvolvimento fundada em uma relativa igualdade sócioeducativa" (p. 1096). Aqui a pergunta que se coloca é sobre as condições de possibilidade políticas concretas que serviram de pano de fundo para essas políticas de profunda progressividade fiscal em alguns países europeus. Também voltaremos a esse ponto.

Não constitui novidade teórica afirmar que o capitalismo repousa na "concentração do poder econômico no nível dos proprietários do capital" (p. 1081). Entretanto, essa forma nuclear de capitalismo possui variantes que modificaram a noção de propriedade ao longo do séc. XIX. De um lado, o *sistema legal e social* permitiu, por um longo período, "limitar o poder dos proprietários", tornando possível certa "redistribuição da propriedade", por exemplo, dando aos locatários de imóveis proteção contra despejos ou a possibilidade de comprar imóvel a preço reduzido após locação de longo período. Outro aspecto que favoreceu essa distribuição da propriedade foi a limitação do poder dos acionistas das empresas, via ampliação de direitos do trabalho, como a participação nos "conselhos de administração" (p. 1081-1082). De outro lado, o *sistema fiscal* também contribuiu para essa redistribuição com imposto progressivo aplicado sobre heranças de 30 a 40% na maior parte dos países mais ricos durante o séc. XX. Essas taxas, por algumas décadas, alcançaram 70 a 80% nos E.U.A e no Reino Unido, o que, na prática, transformava "a propriedade permanente em uma forma de propriedade temporária". Por isso, nas palavras do autor, um projeto socialista participativo deve:

fazer evoluir o sistema legal e fiscal para muito além daquilo que se tem conseguido até o presente; de um lado, instituindo uma verdadeira propriedade social do capital através de melhor distribuição do poder nas empresas; de outro, implementando um princípio de *propriedade temporária do capital*, como parte de um imposto fortemente progressivo sobre propriedades importantes, permitindo o financiamento de uma

*dotação universal de capital e a circulação permanente de bens* (p. 1083, grifo meu).

A aposta no reordenamento fiscal e legal aliada ao esforço radical de redistribuição e de partilha do poder ajudam a construir os elementos centrais que pavimentam o caminho proposto por Piketty. Desde o final dos anos 40 e começo dos 50 do séc. XX, sistemas de distribuição dos votos nas empresas estão em operação na Alemanha e nos países nórdicos. No primeiro, a metade dos conselhos administrativos das grandes empresas é composta por assalariados; na Suécia esse número é de um terço. Essa configuração independe da participação ou não de cada conselheiro no capital dessas empresas. Tais transformações se deram ao mesmo tempo em que também ocorreram mudanças constitucionais importantes nesses países, em boa medida devido às características do período pós-guerra. Piketty faz questão de destacar que havia, naquele momento, uma relação de forças mais favorável a um processo de mudanças mais profundas<sup>5</sup>. Nesse particular, a Constituição da Alemanha, tanto a de 1919 quanto a de 1949, adotou "uma definição social do direito de propriedade em que os termos devem ser fixados pela lei em função do interesse geral e do bem da comunidade, para além de qualquer sacralização". Se inicialmente essas medidas foram combatidas pelos grandes acionistas das empresas, hoje elas são objeto de um "amplo consenso" em cada um dos países em que foram implementadas (p. 1083).

Tais medidas dão testemunho, prossegue o autor, do papel decisivo que os assalariados possuem na "definição das estratégias de longo prazo das empresas e de equilibrar o poder frequentemente nefasto de acionistas e interesses financeiros de curto prazo". O resultado desse experimento tem sido, até hoje, a emergência e manutenção de um "modelo social e econômico mais produtivo e menos desigual que todos os outros experimentados até aqui" (p. 1083).

Cumprido destacar, no entanto, que a propriedade social, a partilha do poder e o direito ao voto nas empresas são medidas insuficientes, ainda que decisivas para a superação do capitalismo. Uma sociedade não capitalista, que ele chama de sociedade justa (p. 1078), não é uma sociedade sem propriedade privada, pois as pequenas e médias empresas devem permanecer. Por isso é necessária a construção de "dispositivos institucionais que evitem que a propriedade se concentre sem limites", na medida em que isso não traz "nenhuma utilidade" para

o "interesse geral", seja qual for o motivo dessa concentração (p.1086). Numa palavra, a desigualdade é menos relevante para o progresso industrial e muito mais decisiva como causa de "tensões sociais e nacionalistas" e obstáculos aos "investimentos sociais e educativos" que promovem um desenvolvimento mais equilibrado, como o experienciado no pós-guerra (p. 1086).

### **Ideologia e socialismo**

Outro elemento central na argumentação de Piketty é que a mundialização produz "deformações consideráveis" na repartição da riqueza mundial, as quais não podem ser ignoradas sob o argumento de que é o "crescimento total que importa". Não se deve perder de vista a centralidade das escolhas institucionais e políticas que chancelam o modo de pensar o crescimento e a redistribuição da riqueza socialmente produzida. Para dizer de outro modo, "Todas as sociedades humanas têm a necessidade de justificar suas desigualdades" (p. 1078). Por isso é um imperativo lidar com as formas de constituição da ideologia que legitimam essa desigualdade, tendo sempre em mente que "ideologia é uma tentativa mais ou menos coerente de trazer respostas a um conjunto de questões extremamente vastas sobre a organização desejável ou ideal da sociedade". Entretanto, uma vez que "o conflito ideológico é quase sempre multidimensional", Piketty insiste que não há possibilidade de construir uma expectativa de consenso acerca desse "ideal", visto que "o conflito e o desacordo ideológico são inerentes à própria ideologia" (p. 24-25). Três aspectos são centrais para entender onde incide a construção social da ideologia: os conflitos acerca do regime político, do regime de propriedade e do regime educacional (p. 25). Por isso, todo o esforço deve apontar na direção de construir "dispositivos institucionais complexos e dinâmicos" que direcionem os conflitos na direção do combate à desigualdade. Um desses dispositivos pode ser o regime fiscal, para o qual o autor propõe a articulação de três tipos de impostos que devem operar como barreiras à concentração e à desigualdade: imposto progressivo sobre herança; imposto progressivo sobre renda e imposto progressivo sobre propriedade (p. 1086-1087).

Vale destacar que, apesar da ampliação de impostos sobre renda e a propriedade desde o início do séc. XX, "a propriedade jamais deixou de ser extremamente concentrada", embora se observem casos de diminuição dessa concentração. Na Europa, entre 1900 e 1910, os 10%



mais ricos possuíam entre 80 e 90% das riquezas; atualmente essa concentração está entre 60 e 50% para os mesmos 10%. Outro elemento substancial que merece destaque é que essa distribuição jamais atingiu os 50% mais pobres, os quais nunca possuíam mais que algo entre 5 e 10% de todo patrimônio, considerando todos os países em todos os tempos em que há dados para realizar essa análise. Além disso, desde os anos 1980-90, "a parte da propriedade privada pertencente às classes populares (os 50% mais pobres) está em processo de retração" (p. 1088).

Para garantir aos mais pobres uma participação mais efetiva na "vida econômica e social", Piketty propõe generalizar a noção de reforma, "de modo a transformá-la em um processo permanente sobre toda a propriedade privada" (p. 1090). A melhor forma de realizar esse intuito é mobilizar um "sistema de dotação de capital dirigido para cada jovem adulto (por exemplo, aos 25 anos), financiado por um imposto progressivo sobre a propriedade privada"<sup>6</sup>. Esse sistema deverá garantir a "disseminação da propriedade na base, limitando sua concentração no topo" (p. 1090).

Concretamente, isso significa que, com receitas de 5% da renda nacional provenientes do imposto sobre a propriedade e sobre a herança, é possível financiar para cada jovem adulto de 25 anos uma dotação de capital equivalente a algo em torno de 60% do patrimônio médio de um adulto. Nos países ricos, como E.U.A, Japão e Europa Ocidental, no ano de 2010, esse patrimônio médio por adulto estava em 200.000 Euros, de modo que a dotação de capital poderia ser algo em torno de 120.000 Euros (p. 1091).

### **Dícifil...**

Contudo, esse elemento de transformação distributiva apresentado pelo autor não é algo que aparece no texto sem uma consideração crítica em relação à forma político-eleitoral construída no pós-guerra. Como destacamos acima, os moldes dentro dos quais a divisão entre esquerda e direita se cristalizou hoje está verdadeiramente ameaçada de ruir (p. 852). Uma das razões dessa ameaça seria o fato de que a confiança do povo na coalisão de esquerda que capitaneou as conquistas sociais que ajudaram a construir o Estado de bem estar social, se desfez. A esquerda teria se tornado atraente apenas para uma elite que ele nomeia de "esquerda brâmane". Nesse aspecto, Piketty se aproxima de leituras recentes que têm anunciado

uma espécie de *debacle* das democracias do ocidente tal como construídas no último período. É o caso, por exemplo, do cientista político David Runciman.

Em seu trabalho recente *Como a democracia chega ao fim* ele afirma que a democracia "é fundamentalmente uma questão de confiança" e a ciência política não tem conseguido mais explicar seu enfraquecimento. Assim, "os ricos precisam confiar que os pobres não irão tomar seu dinheiro. Os militares precisam confiar que os civis não irão tomar suas armas". O problema surge precisamente porque "muitas vezes essa confiança acaba. E é então que a democracia desmorona" (RUNCIMAN, 2018, p. 9).

Entretanto, se tal como Runciman, Piketty também destaque a centralidade da produção e da manutenção da confiança como elemento decisivo para experiências democráticas, o que permanece exposto é o caráter idealista de sua proposta. Se o experimento europeu do pós-guerra ainda pode oferecer pistas acerca de como implementar o socialismo participativo desejado pelo francês, não se pode negar, contudo, que os obstáculos que o sistema econômico é capaz de impor a esse esforço parecem ser hoje mais socialmente inconsequentes do que jamais foram. Especialmente porque, como destacado no início, hoje a questão ambiental tornou-se uma variável decisiva. Por isso, o leitor de *Capital et Idéologie* fica com a impressão de que faltou ao livro, de resto verdadeiramente instigante, um tratamento mais detalhado e atualizado sobre os expedientes com os quais o sistema capitalista, por meio de seus agentes e defensores, operam na direção da manutenção de seus interesses que, ao fim e ao cabo, se reduzem ao arqui-conhecido mote da insaciável valorização do valor. Esse é um dos elementos presentes, por exemplo, em trabalhos recentes de Branko Milanović.

O autor de *Capitalism, alone* destaca que, diferente de Piketty, sua abordagem é "materialista e está enraizada na relação "objetiva" entre dois fatores de produção (trabalho e capital)" (MILANOVIĆ, 2020). Mas sua aposta se constrói a partir de uma análise que enxerga que o momento atual do capitalismo está centrado na "fragilidade crescente do poder do trabalho como consequência do aumento da força de trabalho global, que opera sob condições capitalistas após a transição dos países do bloco soviético, China, Vietnã e Índia, para o capitalismo". E mais do que isso, o desenvolvimento tecnológico digital incorporou novas atividades no processo de comodificação que "abriu novas maneiras de entrar em nossa vida privada. O domínio do

capitalismo se estendeu tanto geograficamente [...] como internamente, ao se deslocar para a esfera privada e individual" (MILANOVIĆ, 2020). O resultado desse novo momento do capitalismo pode trazer, segundo o autor, mudanças profundas na relação capital x trabalho, na medida em que "a abundância relativa de capital talvez permita que indivíduos se tornem empreendedores simplesmente pedindo emprestado o capital e não deixando que os provedores de financiamento tenham um papel decisivo na gestão". É o que Milanović consegue enxergar na ampliação vertiginosa que observa "atualmente no mundo das *startups*" (MILANOVIĆ, 2020). Por que esse elemento seria realmente relevante a ponto de mudar os contornos estruturais do capitalismo? Para o autor a grande mudança pode vir do fato de que, a partir desse novo cenário, a capacidade de decisão sobre os caminhos e os limites dos projetos e empreendimentos não ficaria exclusivamente nas mãos dos capitalistas e "poderia ser transferida aos trabalhadores". Assim, o sistema manteria a "propriedade privada dos meios de produção", contudo, "seria uma economia de mercado, mas não seria uma economia de mercado capitalista". Finalmente, ressalta Milanović, diferentemente do que propõe Piketty, sua proposta seria materialista e "não dependeria de uma mudança construtivista nas regras, mas surgiria de uma maneira 'orgânica' a partir de uma mudança entre os dois fatores de produção. Por ser 'orgânica', a mudança seria mais robusta e duradoura" (MILANOVIĆ, 2020).

Outra abordagem recente acerca do novo momento do capitalismo pós crise de 2008 pode ser encontrada em *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático* de Wolfgang Streeck. Ali o autor aponta, a partir de evidências que o texto de Piketty não tematiza, para um tipo de crise que tanto pode abrir caminho para experimentos mais democráticos quanto mais autoritários.

O que Streeck apresenta são as razões pelas quais, a partir de meados da década de 70, o "capitalismo democrático", de onde Piketty retira boa parte dos exemplos de sucesso que deveriam ser retomados com maior radicalidade, começa a acumular crises que, paulatinamente, desfazem os direitos que garantiram, por algum tempo, uma experiência social mais democrática. Segundo o alemão, "a construção de um capitalismo democrático, durante as chamadas três décadas de ouro após a Segunda Guerra Mundial, deveria ser vista como um momento muito específico no qual o capitalismo e os capitalistas estavam em baixa e aceitaram a fusão, tensa, com a

democracia e com a melhoria constante do nível civilizacional da classe trabalhadora" (STREECK, 2018, p. 4).

Assim, onde Piketty enxerga exemplos bem sucedidos de políticas sociais democratizantes que devem ser recuperadas para construção do socialismo participativo do séc. XXI, Streeck avisa que a robustez e a durabilidade do Estado de bem-estar social jamais poderá ser bem compreendida sem considerar que ela está "fundada em uma economia de guerra [...]". Mas, mais do que isso, é uma economia "centrada no Estado, que tinha uma coisa em comum com todas as linhas partidárias: *profunda e experimentada dúvida sobre a viabilidade e sustentabilidade do livre mercado capitalista*" (STREECK, 2018, p. 16. Grifo meu). Portanto, condescender com políticas sociais redistributivas mais vigorosas era algo que os capitalistas aceitavam por desconfiar da própria sustentabilidade do capitalismo de livre mercado. Se Streeck estiver correto, dificilmente as boas intenções de Piketty conseguirão sair do papel. Aqui residiria um aspecto frágil do, até certo ponto louvável, idealismo do autor francês.

O leitor também procura em vão uma análise mais profunda sobre o concerto político internacional que ajudava a compor o cenário das profundas políticas distributivas ancoradas, entre outras medidas, em imposto progressivo e partilha de poder nas empresas através dos conselhos de administração. O que tornou possível essas conquistas, segundo Piketty, foi a coalisão de esquerda que se formou no pós-guerra e conseguiu captar as demandas por igualdade vindas da sociedade. Contudo, é comum na literatura desse período destacar o papel que a guerra fria jogou nesse cenário de avanços sociais em parte da Europa. Se não se trata de submeter de forma determinista todas as conquistas sociais desse período ao contexto da Guerra fria, desconsiderá-la como variável relevante também se constitui num problema. Piketty pouco ou quase nada diz a esse respeito<sup>7</sup>.

### **...mas é possível**

Contudo, o que *Capital et idéologie* propõe, adverte o autor, não é um programa a ser "aplicado com os olhos fechados". Não é esta a vocação do trabalho. Entretanto, Piketty julga ser possível tirar lições do material disponível sem perder de vista que as "ideologias continuarão a ter um papel central, para o melhor e para o pior". Ademais "Toda a história de regimes desiguais mostra que são, antes de tudo, as mobilizações sociais e políticas e as experimentações

concretas que permitem a mudança histórica" (p. 1077). Por isso deve-se "desconfiar de princípios abstratos e gerais de justiça social e se concentrar no modo com que eles tomam corpo nas sociedades particulares e nas instituições políticas concretas" (p.1079. Grifo meu). É precisamente porque Piketty se mostra preocupado com "sociedades particulares" e "instituições políticas concretas" que o leitor sente falta de uma investigação mais detida sobre o contraponto concreto que a experiência soviética representava, marcadamente em termos de conquistas sociais, para a Europa dos pós-guerra. Sua preocupação em evitar se aproximar do que ele mesmo chama de "socialismo estatal hipercentralizado" (p. 1079) pode ter conduzido o autor, neste particular, a jogar a criança com a água do banho.

O sucesso de um socialismo participativo, no entanto, depende do reconhecimento da absoluta centralidade do sistema educativo, da propriedade temporária e do imposto progressivo. Foi a partir desse tripé que se sustentou o desenvolvimento social no mundo anglo-saxão e Europeu (p. 1080). Vale notar ainda que a justiça deve ser concebida, antes de tudo, "como resultado de uma deliberação [...] sempre em curso". Nesse sentido, só uma "vasta experimentação coletiva [...] nos permitirá fazer algum progresso nessa direção" (p. 1081). Isso porque, quando se trata da ligação entre "capital, poder e direito de voto nas empresas, da progressividade fiscal e da circulação permanente da propriedade, apenas experiências concretas permitirão avaliar, de modo decisivo, as representações e as realidades", como tem sido na história dos regimes desiguais (p. 1096).

Já na conclusão, Piketty ressalta a pertinência da afirmação de Marx e Engels segundo a qual a história das sociedades até hoje foi a história da luta de classes, o que não invalida, segundo ele, a afirmação de que ela foi também a história da "luta das ideologias e da busca por justiça". Por isso é preciso entender que "a desigualdade não é [apenas] econômica ou tecnológica: ela é ideológica e política" (p. 26). As relações de força que produzem a desigualdade são, antes de tudo, relações "intelectuais e ideológicas", além de materiais (p. 28). A "autonomia da esfera das ideias, isto é, da esfera ideológico política", é um dos traços mais decisivos das sociedades modernas capitalistas. Isso porque, "para um mesmo estágio de desenvolvimento da economia e das forças produtivas [...], existe sempre uma multiplicidade de regimes ideológicos e políticos [...]" (p. 29).

A coalizão igualitária que produziu os trinta anos gloriosos fracassou na tarefa de "aprofundar e renovar seu programa e sua

ideologia" (p. 60) para além das fronteiras de alguns poucos países da Europa. Fracassou especialmente por não atender a necessidade de "organizar a redistribuição e a progressividade fiscal em escala transnacional", mas também pela incapacidade de lidar com a "diversidade das origens" daqueles que faziam parte dos Estados que viviam sob o mesmo horizonte de combate à desigualdade. Para Piketty, faltou mais cuidado com os limites e as fronteiras que constrói cada "comunidade humana em torno da qual nos reunimos para organizar a vida coletiva" (p. 60). Frente a isso, ele nos convida para a elaboração dos contornos de um "socialismo participativo e de um social-federalismo ancorado nas lições da história" (p. 61). Essa é a saída que *Capital et Idéologie* oferece.

Porém, um arranjo político em torno do combate à desigualdade, construído nos mesmos termos daquele que capitaneou os *trinta gloriosos* (1950-1980), é "pouco provável" se não houver uma "redefinição radical de sua base programática, intelectual e ideológica" (p. 62). Piketty aposta em um socialismo capaz de mostrar a viabilidade de um "*novo horizonte igualitário e universalista*, uma nova ideologia da igualdade, da propriedade social, da educação e da partilha de saberes e de poderes, *mais otimista em relação à natureza humana* e também mais preciso e convincente [...], na medida em que está ancorado nas lições da história global" (p. 24, grifo meu).

Finalmente, apostar em certa autonomia relativa das ideias frente à ideologia dominante é a forma que o autor encontra para não se render às armadilhas economicistas. Seu ponto forte, nesse caso, não é exatamente a capacidade de formular normas ou de apresentar novas tendências capazes de iluminar o cenário de desigualdade que, segundo o extraordinário inventário de informações trazidos no livro, voltou a crescer nos últimos 40 anos. Diferente disso, sua maior contribuição parece ser a capacidade de mobilizar categorias já consagradas, como desigualdade, ideologia, socialismo, dominação, imposto progressivo, democracia deliberativa, a partir de um conjunto de dados que pretendem dar corpo ao argumento, preencher lacunas e escapar aos riscos trazidos pelos esforços de abstração teórico normativa.

O trabalho de Piketty tem a capacidade de lançar um olhar mais amplo e preciso sobre as dinâmicas políticas e ideológicas que marcam a história moderna da desigualdade social. Não apenas por destacar como ela tem sido legitimada de diferentes formas, mas também pelo esforço de atribuir novo fôlego a conceitos, como socialismo e

anticapitalismo, que certa tradição do pensamento crítico abandonou ou passou a utilizar de modo tímido, quase envergonhado. É um esforço monumental que pode servir como um novo impulso ao melhor espírito crítico, ao mesmo tempo em que expõe ainda mais os limites das democracias liberais. A opção por recuperar a disputa teórica sobre o socialismo, em tempos marcados pela emergência climática, pela exposição dos limites da democracia liberal<sup>8</sup> e pelo retorno de experimentos autoritários, e trazê-la para o centro do debate sobre a desigualdade pode ser um farol que ilumina um novo caminho.

Ainda é mais fácil pensar no fim do mundo que no fim do capitalismo? *Capital et idéologie* é um esforço de responder essa questão de forma negativa oferecendo uma contribuição - que possui limites como muitas, mas que é informada como poucas - capaz de orientar aqueles que ainda não tratam crítica e apocalipse como sinônimos.

**Notas:**

<sup>1</sup> Professor Assistente Doutor da UNESP/Franca, do Programa de Pós-graduação em Filosofia da UNESP/Marília.

<sup>2</sup> É o que afirma, por exemplo, o Stockholm Resilience Centre em um de seus relatórios. Cf. ROCKSTRÖM, Johan et ali. *Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity*. Link. <https://www.stockholmresilience.org/download/18.8615c78125078c8d3380002197/1459560331662/ES-2009-3180.pdf> (último acesso em 13, fev, 2020).

<sup>3</sup> Por exemplo, o discurso do ex-presidente do Uruguai José Mujica na Rio+20 ocorrida em 2012 (MARQUES, 2016, p. 23).

<sup>4</sup> CONWAY, Erik M; ORESKES, Naomi. *The Collapse of Western Civilisation*. 2014.

<sup>5</sup> Embora chame atenção para esse aspecto, Piketty não retira dele nenhuma consequência mais concreta que influencie, uma vez que não vivemos mais o período pós guerra, seu projeto de atualização mais radical daquela experiência que, em grande medida, ele considera bem sucedida.

<sup>6</sup> Em texto publicado recentemente, Nancy Fraser apresenta uma crítica aos modelos de transferência direta de renda, do qual a proposta de Piketty é uma variante mais ousada. Seu argumento é de que, em sociedades que pretendem adotar um modelo socialista, que ela também defende, corrigir desigualdade com transferência de renda significa tratar como *commodities* os bens públicos que devem satisfazer necessidades básicas. Ao passo que a exigência deve ser tornar realmente público aquilo que é considerado básico, evitando assim, a mediação do dinheiro como garantia de acesso. (Cf. FRASER, Nancy "What should socialism mean in the twenty-first century?". In: *Socialist Register*. UK. 2020. p. 294).

<sup>7</sup> Aqui temos uma rara exceção de onde, no entanto, o próprio autor não retira grandes consequências para seu argumento: "A existência de um contra-modelo comunista na União Soviética tem um papel essencial; de um lado porque impõe uma agenda redistributiva ambiciosa que atores dos partidos conservadores normalmente não queriam; de outro lado, porque acelera o processo de descolonização nos impérios coloniais europeus e de extensão dos direitos civis nos Estados Unidos" (p. 42).

<sup>8</sup> Como testemunham dois trabalhos recentes: LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar. 2018 e também o já mencionado Runciman, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.



## Referências bibliográficas

CONWAY, Erik M; ORESKES, Naomi. *The Collapse of Western Civilisation*. New York: Columbia University Press. 2014.

FRASER, Nancy. What should socialism mean in the twenty-first century? In: *Socialist Register*. UK. 2020.

JAMESON, Fredric. Future City. In: *New Left Review* 21. May June 2003, pp. 65-79.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar. 2018.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Edunicamp. 2016.

MILANOVIĆ, Branko. *Capitalism, Alone: The Future of the System That Rules the World*. Harvard University Press. 2019.

\_\_\_\_\_. Transcending capitalism: three different ways? In: *Globalinequality* 07/02/2020. Link: <http://glineq.blogspot.com/2020/02/transcending-capitalism-three-different.html> (última consulta 13/02/2020).

PIKETTY, Thomas. *Capital et idéologie*. Paris: Seuil. 2019.

ROCKSTRÖM, Johan et ali. Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. Link: <https://www.stockholmresilience.org/download/18.8615c78125078c8d3380002197/1459560331662/ES-2009-3180.pdf> (último acesso em 13, fev, 2020).

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

Received/Recebido: 01/03/2020  
Approved/Aprovado: 16/07/2020